

## OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

# Quanto vale a economia paralela em Portugal?

A incerteza na estabilização da economia aumenta, porque os agregados macroeconómicos estão enviesados, conduzindo a decisões de política desajustadas



Óscar Afonso

A economia que não é contabilizada constitui a economia paralela, que inclui diversas rubricas, nem sempre com fronteiras claras entre si. A economia subterrânea, por exemplo, corresponde ao produto que se furta à contabilização por razões predominantemente fiscais. A economia ilegal corresponde ao produto que não é contabilizado porque resulta de actividades ilegais, pelos seus fins ou pelos meios utilizados. A economia informal e o autoconsumo correspondem ao produto criado por actividades associadas a uma estratégia de melhoria de condições de vida das famílias ou sobrevivência. Há ainda a rubrica marginal relativa ao produto não contabilizado por deficiências da estatística.

Sendo clandestina e/ou ilegal, necessita de ser estimada com metodologias adequadas. A metodologia utilizada pelo Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) recorre a justificados e testados modelos matemáticos e, ao focar a sua atenção mais fortemente sobre a economia que se furta à contabilização por razões predominantemente fiscais (face à disponibilidade de dados existentes), subavalia a economia paralela.

No passado dia 25 de Setembro, o OBEGEF actualizou o andamento do peso da economia paralela no produto interno bruto (PIB) em Portugal, desde 1970 até 2012 (figura abaixo). Os valores mostram que há uma tendência de aumento desde o início do período considerado. Como principais causas do aumento entre 2011 e 2012, passando a representar 26,74% do PIB oficial e correspondendo a 44 183 mil milhões de euros, salientam-se os aumentos na taxa de desemprego e na carga fiscal.

Para se ter uma ideia da grandeza dos números, atente-se em que:

- 44 183 milhões de euros corres-

pondem a 8,8 quilómetros de altura de notas de 100€ e a mais de metade do pedido de ajuda financeira à troika;

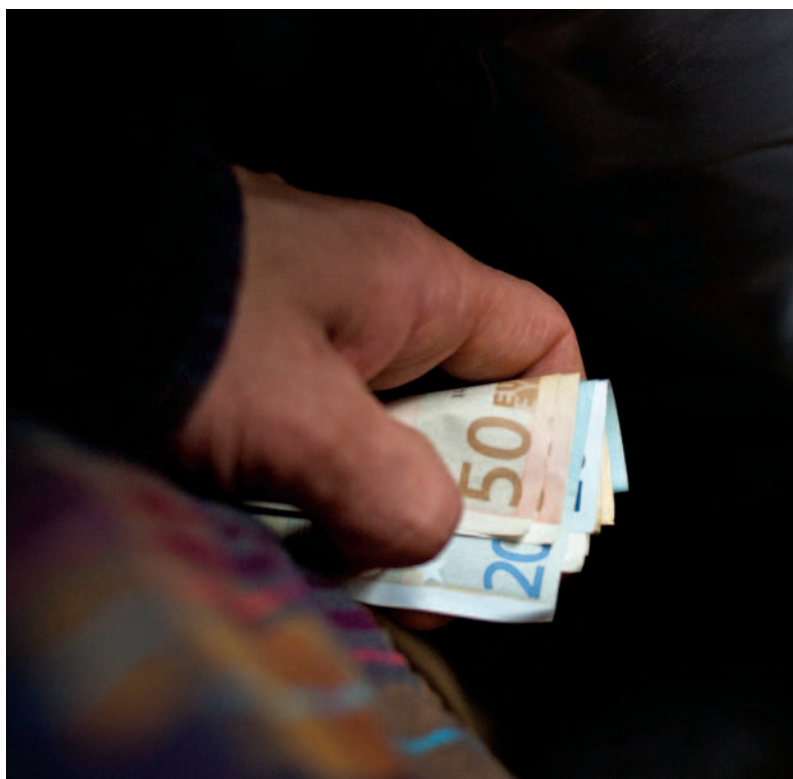
- O valor oficial do peso do défice orçamental no PIB foi, em 2012, de 6,4%; sem economia paralela e admitindo uma carga fiscal média de 20% sobre o respectivo valor, o défice teria sido de 0,85% do PIB.

Refira-se que a relação entre taxa de crescimento oficial e peso da economia paralela entre 1970 e 2012 mostra que o aumento do peso num ponto percentual penaliza a taxa de crescimento 0,67 pontos percentuais. Perante um valor tão significativo, a concorrência entre agentes económicos em geral e entre empresas em particular fica pois distorcida, obrigando os cumpridores a contribuições adicionais. Ainda assim, as receitas fiscais ficam aquém do esperado, impedindo a realização de importantes tarefas por parte do Estado; por exemplo, o investimento público e a redistribuição do rendimento ficam condicionados. Finalmente, a incerteza na estabilização da economia aumenta, porque os agregados macroeconómicos estão enviesados, condu-

zindo a decisões de política desajustadas e, nessa sequência, a eventuais efeitos económicos inadequados.

Neste contexto, é dever cívico de todos contribuir para a eliminação ou pelo menos para a sua redução, nomeadamente das rubricas economia subterrânea e ilegal, dado que reflectem a fraude, o branqueamento de capitais, os conflitos de interesses, o uso de informação privilegiada, a desregulação e o enfraquecimento do Estado, representando um retrocesso civilizacional que pode pôr em causa a organização social democrática existente. Custa pois a entender a lentidão e a ineficácia da justiça, a inexistência do crime de enriquecimento ilícito, a ineficácia no combate à fraude empresarial e a conduta dos políticos na gestão dos recursos públicos.

Escreve à sexta-feira



Dinheiro que foge ao fisco

JOSÉ FERNANDES

## APOCALIPSE



JOSÉ DIOGO MADEIRA

### Revolução

Este Orçamento é bom para os credores, mas é péssimo para os portugueses. Cada um governa para quem quer. Mas um povo não pode ser governado por quem está sempre contra ele. Um dia, à força de tanto esticar, a corda rebenta. Não é possível calcular o momento exacto em que isso acontece, mas todas as opressões explodem em episódios de libertação. A república de 1910, o 25 de Abril e até mesmo o 28 de Maio de 1926 (que prefaciou a ditadura salazarenta) foram reacções à deterioração das condições políticas e económicas dos portugueses. Vivemos nestes dias um processo semelhante – um empobrecimento violento e generalizado das pessoas e das famílias (ao mesmo tempo que aumentam as desigualdades entre pobres e ricos) e uma enorme desconfiança entre governantes e governados (é ver a quantidade de gente que deixou de votar ou votou branco/nulo nas autárquicas). O Orçamento para 2014 massacrará a generalidade dos portugueses, violando especialmente pensionistas e funcionários públicos. E a tímida retoma económica, que se vislumbra-va, fica ameaçada pelos novos cortes salariais e aumentos fiscais. Provavelmente, os credores de Portugal conseguirão recuperar o seu dinheiro, mas os portugueses ficarão exangues para os contentarem. O caldo necessário para as erupções da história está por aí. Há aquela conversa de que os portugueses são um povo de brandos costumes. E, de facto, os poderes que substituíram o rei D. Manuel II e Marcelo Caetano deixaram-nos partir tranquilamente para o exílio. Mas não foi por isso que essas revoluções ficaram por fazer.

Escreve à sexta-feira